

CAPÍTULO 6

MULHERES, MATERNIDADE E CIDADE: uma discussão sobre a (não) presença feminina no espaço urbano

Aline Novaes
Francine Helfreich
Talíria Petrone

“Pode o subalterno falar?”

Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.

Gayatri Spivak

A pergunta que introduz nossa discussão intitula a obra de Spivak (2010), cuja relevância é atribuída ao debate da subalternidade, a partir de uma referência ao pensamento gramsciano, que ganhou fôlego nos anos 1980, mas que não se configurará como elemento central da reflexão aqui tecida. As análises sobre os subalternos, a partir do pensamento do autor renderam dezenas de estudos, como por exemplo os de Modonesi (2018), Baratta (2011) e Semeraro (2017). Muitos deles seguindo a ideia de que a “subalternidade” é uma condição heterogênea de grupos sociais que incluem segmentos da classe trabalhadora esparsos e desagregados. Contudo, interessa-nos aqui algumas questões: quando se trata de dar voz aos subalternos são os subalternos que falam? Quem os escuta? Se a história oficial é a história das classes dominantes, como podem os subalternos falar e fazer história?

Por muito tempo, a subalternidade foi o lugar conferido às classes subalternas¹ e, principalmente, à mulher, impossibilitando-a de falar e, também, de ocupar territórios. Essa constatação nos motiva a avançar em algumas ponderações, com o objetivo de investigar a experiência urbana feminina nas cidades e, sobretudo, verificar como a ampliação de vozes incita o questionamento da hegemonia do modelo colonial. A partir de contribuições teóricas para os estudos de cidade, discutir-se-á sobre a urbe contemporânea, com o foco

¹ As classes subalternas na compreensão gramsciana vincula-se aos processos de dominação presentes na sociedade, desvendando "as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos" (Buttigieg, 1999, p. 30).

na relação entre a mulher-mãe e o espaço urbano, ressaltando escritas, atuações e movimentos de resistências femininas, que emergem como novas possibilidades de ocupação da cidade. Assim, a presença feminina – voz e corpo – demarca e cria novos territórios, o que é de fundamental importância para o surgimento de novos sujeitos sociais.²

A referência aqui trazida de Gayatri Spivak não tem a intenção de reduzir ou simplificar o pensamento e as contribuições da crítica e teórica que questiona discursos hegemônicos, mas sim de servir, neste texto, como um ponto de partida para discutir a invisibilidade da figura feminina nas questões referentes ao espaço urbano.

Para o debate que será proposto, torna-se pertinente salientar que as pesquisas referentes à cidade no conjunto das Ciências Sociais – incluindo o Serviço Social – parte de seu potencial multidisciplinar. Ao compreender o espaço urbano e todas as tensões existentes, é possível tratar de um cruzamento de produções também exploradas por outras áreas de conhecimento, como revela a própria autoria deste texto. Soma-se a isso, a categoria teórica de espaço urbano como uma possibilidade para estudar as tensões na compreensão da cidade e no trânsito de novos sujeitos sociais na ocupação da mesma. A partir disso, este texto se une às reflexões da contemporaneidade ao propor o questionamento da (não) presença feminina no espaço urbano. Nessa perspectiva, a visibilização de outras vozes, protagonistas no processo de de(s)colonização da cidade, permite a ênfase nas questões de gênero e classe, entendendo, embora não seja o foco deste estudo, a importância dos debates referentes à raça.

A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, raciais e de gênero.³ Os mais de 300 anos de escravidão produziram, somados a outros processos em curso hoje, a significativa diferença salarial entre negros e não negros, entre homens e mulheres, a criminalização dos pobres, a segregação das religiões africanas e afro-brasileiras, entre outras expressões de preconceito e opressão. As particularidades desse processo apontam para o predomínio de uma elite agrária-industrial, branca, masculina que devastou terras e culturas indígenas e é responsável, na sua condição de classe dominante, pela desigual distribuição de terras e riquezas em nosso país.

² Os novos sujeitos sociais vinculam-se ao que se denomina novos movimento sociais, que avançam no que tange aos movimentos sociais tradicionais. Trata-se do surgimento, conforme Camacho (1987, p. 237), de atores, que anteriormente não se manifestavam. Em todos os casos, os novos movimentos são pluriclassistas, enquanto os antigos eram basicamente classistas; e, em sua maioria, os novos movimentos fazem parte do povo, seja por sua extração social, ou pelo tipo de reivindicação. Podemos exemplificar: os movimentos feministas, ecológicos, movimento negros, LGBTQIA+, os sem-terra, os sem-teto, associação de moradores, entre outros.

³ Entendemos gênero como uma categoria socialmente construída, o que pressupõe a desnaturalização e a historicização dos papéis femininos e masculinos. Dessa forma, ela também é entendida como relacional e compreende que o feminino existe na relação, historicamente subordinada, com o masculino. A categoria gênero é relacional e dialética (Cisne, 2012).

Esse contexto contribui para que as diferenças de gênero se materializassem em formas distintas que impactam homens e mulheres. Historicamente, os homens brancos sempre estiveram no topo da pirâmide social e exerciam poder sobre suas mulheres brancas. Estas, historicamente, tiveram sua vida restrita ao lar e à família, bem como menos acesso aos estudos e à vida pública. O mesmo homem branco exercia, também, poder sobre os homens negros escravizados ou livres, submetidos a toda violência física e simbólica intrínseca ao sistema escravista e ao “ser negro” numa sociedade extremamente racista.

Sem dúvida, a opressão de gênero impacta profundamente todas as mulheres daquela sociedade. É fundamental a demarcação de que a associação da pobreza, do racismo e da opressão de gênero impôs à mulher da classe trabalhadora, especialmente às mulheres negras, um determinado lugar na nossa história. Nesse sentido, Safiotti afirma que

[...] o papel representado pela mulher negra tinha caráter corrosivo e que cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas (2013, p. 236).

Portanto, as características medulares ao processo de consolidação do capitalismo no Brasil foram reproduzidas e aprofundadas a partir da conciliação entre os diferentes interesses dos setores da burguesia nacional e mundial. A tentativa era – e ainda é – de silenciar a classe trabalhadora para mantê-la oprimida e explorada. E, as mulheres, enquanto sujeitos desta classe, são atravessadas pelas formas históricas mais perversas de tentativas de apagamento e assujeitamento, adensadas pelas condições de uma sociedade de capitalismo dependente. A essa discussão, será dedicado o próximo tópico.

Capitalismo periférico e as marcas das opressões de gênero na formação social brasileira

Os contributos analíticos de Fernandes (1975) sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir da integração do país na economia internacional advertiam que essa associação não foi concebida como uma “imposição” de fora para dentro, mas articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir internamente as relações de dominação ideológica e exploração econômica. Para o autor, esse processo ocorre na sua acepção clássica: a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e social

e entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais. A tese do desenvolvimento desigual elaborada por Trotsky e problematizada por diversos autores que se debruçaram em pesquisas sobre a formação social brasileira – como Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Octavio Ianni – também mostram o tempo desigual entre as mudanças na produção e as formas culturais e jurídicas que refletem as alterações da vida dos sujeitos.

Desse modo, têm-se, ao mesmo tempo, avanços no desenvolvimento das forças produtivas convivendo com padrões retrógrados nas relações de trabalho. Um dos pilares dessas desigualdades de temporalidades históricas decorre do caráter antidemocrático da revolução burguesa no Brasil. As soluções políticas para as grandes decisões têm sido orientadas “de cima para baixo”, reiterando a obstaculização da participação dos trabalhadores nos processos de importância para o desenvolvimento do país.

Segundo Fernandes (1975), trata-se de uma transição marcada por uma democracia restrita aos membros das classes dominantes, que universalizaram seus interesses pela mediação do Estado e organismos privados de hegemonia. O país transitou da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, o que aponta o desafio de consolidar uma “cultura pública democrática” (Iamamoto, 1998) mediante o reconhecimento e a efetivação de condições necessárias ao exercício da participação crítica de todos na vida pública. Esse processo aprofundou nossa dependência em relação ao exterior e possibilitou a manutenção de nossa herança colonial, marcada pela subordinação da produção agrícola à exportação e pela permanência das formas de propriedade que – agora redimensionadas – passam a ser incorporada pela expansão capitalista.

Assim, o Brasil traz a marca de um “desenvolvimento desigual e combinado”. São os elementos do “arcaico” (relações sociais e de produção pré-capitalista) e do moderno (relações sociais e de produção capitalistas) que, dialogando, produzem um padrão dual de expropriação: de um lado, a expansão monopolista no Brasil articulada com a dominação imperialista; de outro, a burguesia brasileira instrumentaliza o Estado, capturado como mecanismo de unificação da burguesia. Assim, ela impõe seus interesses e dissemina seus valores e ideologias para o conjunto da sociedade, tendo papel decisivo na “modernização pelo alto”.

O que se conclui desse processo como característica fundamental da sociedade brasileira, embora não tenhamos “dois Brasis”, é a existência, ao mesmo tempo, da sociedade industrial que se moderniza e ascende no *ranking* da economia no mundo ocidental; e uma sociedade que mantém parcelas significativas da sua população em

situação de pobreza absoluta e/ou relativa⁴, em que as necessidades elementares estão longe de serem atendidas.

Nessa mesma linha argumentativa, Ianni, em *Ideia de Brasil Moderno*, afirma que

[...] numa perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. As dificuldades agudas da fome, a falta de habitação condigna, e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna (Ianni, 1992, p. 92).

O arcaico e o moderno, o desenvolvimento e subdesenvolvimento se tensionam todo o tempo na formação sócio-histórica brasileira,⁵ que marca o lugar do país em uma posição subalterna e dependente na divisão internacional do trabalho. E, assim, os setores denominados “atrasados” constituem condição essencial para a modernização do núcleo integrado ao capitalismo orgânico mundial (Ianni, 1992, p. 92)

O Brasil, portanto, nessa vasta fábrica de desigualdades e antagonismos, como caracteriza Ianni (1992), se apresenta como uma sociedade extremamente estratificada, tanto social quanto racialmente. É fundamental pontuar que se soma a essas desigualdades a de gênero, reservando para as mulheres um lugar profundamente subalternizado. Saffioti diz que “a persistência de sistemas produtivos, já superados, em certas economias de natureza capitalista é um fator da marginalização muito mais da mulher do que do homem do sistema de produção dominante” (2013, p.92).

Ao propormos uma discussão sobre as mulheres negras, cabe salientar que elas carregavam, além do estigma da raça e da pobreza, o encargo de serem mulheres numa sociedade fundada na desigualdade racial e na opressão de gênero. Nessa linha, as reflexões de Collins nos ajuda a avançar:

A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal. Ela se apoiava no princípio dual da autoridade do homem branco e em sua propriedade, uma junção das esferas políticas e econômicas dentro da instituição familiar. A heterossexualidade era presumida e era esperado

⁴ A pobreza absoluta e relativa no modo de produção capitalista é resultante do processo de acumulação privada do Capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos da riqueza que se apropriam dos frutos do trabalho alheio (Marx, 2001)

⁵ Para aprofundamento do debate sobre o tema, ver as contribuições de Fontes (2010). A autora aponta a possibilidade de compreender o Brasil-imperialismo como uma relação na qual é possível que a subordinação das economias de “capitalismo tardio” não impeça o protagonismo de países nas diferentes frentes de valorização do capital-imperialismo. Ou seja, não restringindo suas análises como uma dominação de um centro sobre uma periferia.

que todos os/as brancos/as se casassem. O controle sobre a sexualidade das mulheres brancas abastadas foi central para a escravidão, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas aos herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Assim, assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade [...]. Além disso, o status das mulheres negras era fundamental para manter todas as mulheres brancas em seus devidos lugares. Controlar a fertilidade das mulheres negras era, também, fundamental para a continuidade da escravidão, já que crianças nascidas de mães escravas eram, elas também, escravas [...] negros eram submetidos aos mais duros tratamentos na escravidão que, assim, fizeram da escravidão uma instituição visivelmente racista. Raça, gênero e classe se entrelaçavam na organização, sistêmica e estruturante de dominação e subordinação da escravidão (Collins, 2015, p. 21 - 22).

O desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro teve, assim, origem na desagregação e no rearranjo da ordem social fundada no latifúndio, no trabalho escravo e no patriarcalismo (Saffioti, 2013). Não superou, dessa forma, antigos privilégios, mas sim produziu uma reorganização do uso das instituições oligárquicas no Brasil para viabilizar novos setores da burguesia e manter privilégios dos anteriores. Ao manter o conteúdo e mudar a forma da exploração e a sua base de produção, o capitalismo brasileiro se ajustou às demandas do capitalismo monopolista. Ele se apropriou de desigualdades históricas, como o racismo advindo dos séculos de escravidão e do patriarcalismo, além de ter influenciado a produção de políticas públicas para o Brasil e a reprodução de uma ideologia conservadora que reservava à mulher um lugar subalternizado. Saffioti (1987), sobre o patriarcado, coloca:

Pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (p.50).

Trazendo o debate para o cenário contemporâneo, a permanência de elementos conservadores é notória no Brasil. As mulheres são as maiores responsáveis pelo cuidado da casa e da família, pelo trabalho doméstico, que é fundamental para a produção e reprodução da vida. No plano superestrutural, se manteve a ideia de superioridade masculina e, no estrutural, na medida em que se desenvolveram as forças produtivas, a mulher foi colocada cada vez mais em lugares periféricos (Saffioti, 2013). A subalternidade das mulheres se revela na atual divisão sexual do trabalho que pode ser exemplificada com dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher lançado, em 2014, pelo Governo

Federal. Em 2012, de um total de mais de seis milhões de pessoas de 16 anos ou mais ocupadas no trabalho doméstico, aproximadamente 92% eram mulheres. Além disso, 63,4% delas eram negras. As mulheres empregadas domésticas também estão em situação mais precária que os homens na mesma ocupação, o que é evidenciado pelo alto grau de informalidade: 28,4% das mulheres que eram empregadas domésticas possuíam carteira assinada. Em contraposição, 50,2% dos homens, na mesma ocupação, se encontram formalizados. As empregadas domésticas negras recebiam, em 2012, 86% dos rendimentos médios das empregadas domésticas brancas, o que confirma um cenário profundamente desigual para essas mulheres. Dados recentes do PNUD publicados pelo IBGE em 2021 complementam essas reflexões quando revelam a jornada de trabalho doméstico das mulheres, que é de 10h24m superior em relação aos homens por semana.⁶ Esses dados foram coletados em 2019 e foram mais críticos no período pandêmico.

Além disso, se pensamos que o trabalho doméstico remunerado é a maior expressão da exploração feminina, especialmente das mulheres negras, nos certificamos o quanto essa relação de exploração é funcional ao sistema capitalista. Nesse sentido, podemos afirmar que a mulher trabalhadora geralmente realiza sua atividade de trabalho dentro e fora de casa, sendo duplamente explorada pelo capital. Se no âmbito público o fruto do seu trabalho é apropriado pelo capitalismo em troca de baixos salários, na sua vida privada, ela passa horas exercendo o trabalho não remunerado que viabiliza sua reprodução e de toda família.

Reproduzir a classe trabalhadora, cuidar da casa, do vestuário, dos filhos, da reprodução da força de trabalho no sistema, historicamente, foi função das mulheres diante da divisão sexual do trabalho. Como nos elucida Antunes (1999), é nessa esfera de trabalho, não diretamente mercantil, que as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos e de si própria são criadas; condições essas consideradas indispensáveis para a reprodução do sistema capitalista. Assim, é salutar afirmar que a construção social das mulheres e sua “vocação” para cuidar, ser sensível, dócil, dedicada e “do lar” é apropriada como uma estratégia de intervir no cotidiano da classe trabalhadora, com objetivo de atender os interesses do capital.

Por isso, a divisão sexual do trabalho e todas as habilidades, qualidades e características a ela associadas como naturalmente pertencentes ao sexo devem ser analisadas como construção histórica com nítida reprodução

⁶ Cf. <https://oglobo.globo.com/economia/celina/noticia/2020/06/aumenta-diferenca-na-carga-de-trabalho-domestico-entre-homens-mulheres-24461795.ghtml>

da desigualdade de gênero associada aos interesses dominantes (Cisne, 2012, p.49)

Essa marca desigual de gênero fica mais nítida quando a associamos à desigualdade territorial, típica da sociedade capitalista já que expressa, também, a forma como as mulheres se apropriam do espaço urbano. Desde sua constituição, as cidades são marcadas pela conformação desigual dos seus territórios que segregam e dividem a população entre os segmentos mais pauperizados da classe e os demais. Essa desigualdade, portanto, também vai expressar a forma como as mulheres acessam, circulam e experimentam o espaço urbano.

O (não) lugar da mulher e das mães no espaço urbano

O espaço urbano brasileiro é historicamente organizado conforme os interesses das classes dominantes. A parcela mais pauperizada da população, portanto, fica destinada a acompanhar esse processo. Nos estudos de Ermínia Maricato (2015), cidade é compreendida como o lugar da reprodução da força de trabalho, onde o capital busca adequar o ambiente às suas necessidades de acumulação. Dessa maneira, a cidade não se limita ao seu valor de uso,⁷ que a princípio é o que interessa para a classe trabalhadora, que necessita de serviços públicos como moradia, infraestrutura e transporte mais baratos e de melhor qualidade para a sua reprodução. É, também, valor de troca, elemento fundamental para a acumulação do capital.

Atualmente, segundo dados do IBGE, cerca de 85% dos brasileiros vivem nas áreas urbanas que constituem as cidades e, desse percentual, a maioria é de mulheres. No que se refere às cidades brasileiras, são elas a expressão urbana de uma sociedade que não conseguiu superar sua herança colonial para construir uma sociedade que distribuisse de forma menos desigual as riquezas. Sua construção foi marcada pela concentração de terra e poder, pelo exercício do coronelismo e patrimonialismo. Com o rápido processo de urbanização fruto da industrialização, espaços diferenciados e segregados são produzidos demarcando nas cidades territórios desiguais.

Nesse processo de construção de cidades desiguais, o acesso a serviços e direitos também são desiguais. Quando o direito à moradia é violado, por exemplo, as mulheres são as mais impactadas. Entre os anos de 2009 e 2013, mais de 65 mil remoções foram

⁷ O valor de uso de uma mercadoria, segundo Marx (2001), é determinado de acordo com a utilidade relacionada às suas propriedades físicas.

efetivadas na capital do estado. O prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes promoveu mais despejos do que Pereira Passos e Carlos Lacerda juntos (Faulhaber, 2015). Essas remoções violam o direito à cidade, mas especialmente das mulheres, maiores responsáveis pelo cuidado da casa e da família ainda hoje. Nessa linha, quando uma família é removida de sua moradia, na maior parte das vezes a revelia de seus desejos e direitos, os integrantes passam a morar em áreas mais precárias e os impactos no cotidiano das mulheres e mães são enormes. Afinal, os investimentos em infraestrutura se dão justamente nas áreas das quais é expulsa a população mais empobrecida. Isso significa ter mais dificuldades para levar os filhos na escola, idosos e familiares nos hospitais e postos de saúde, já que a proteção social da família historicamente foi “destinada” às mulheres.

A remoção normalmente leva essa família e essas mulheres para longe das áreas centrais. A ausência de infraestrutura adequada nas cidades, especialmente nas periferias para as quais são “transferidas” essas moradias, também se expressa na possibilidade das mulheres terem menos acesso a transportes públicos, que circulam em menor quantidade, mais cheios e com trajetos menores nesses territórios. Essas mulheres, muitas vezes, circulam ou esperam esses transportes públicos em ruas mal iluminadas, potencializando a insegurança nesse urbano. Não por coincidência, os maiores índices absolutos de violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro se expressam em áreas com menos investimentos públicos, como as regiões de Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita e de São Gonçalo; conforme apresentam os dados do Dossiê Mulher produzido em 2015 pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Além das questões apresentadas, o modelo de segurança militarizado que dá sustentação à expansão do capital no urbano brasileiro é produtor de violências diversas para as mulheres. 77% dos 30 mil jovens assassinados no Brasil são negros, majoritariamente moradores de áreas de favelas e periferias, conforme dados da Anistia Internacional. O assassinato desses jovens é também violência para suas famílias, especialmente para as mulheres mães, como já mencionado, ainda maiores “responsáveis” pelo lar. A culpa e a solidão produzidas nessas mulheres, frutos desse modelo urbano militarizado, são violências profundas que, embora simbólicas e psicológicas, não são menores.

A atual configuração das políticas públicas destinadas aos espaços urbanos é produtora de medo, sobretudo para as mulheres. Vivemos em um período em que o medo é muito generalizado e tem alcançado todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego; medo da fome; medo da violência; medo do outro. Esse medo generalizado, produzido

também a partir da violência crescente nos centros urbanos, interfere profundamente na dinâmica da relação das pessoas com a cidade, especialmente das mulheres, as quais têm mais medo da cidade à noite, da violência em geral, da violência sexual.

As estatísticas justificam esse medo. Segundo o Dossiê Mulher, produzido pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), as mulheres são maioria em quase todas as formas de violências analisadas. Dentre os casos de homicídio, lesão corporal dolosa, violência sexual, moral, patrimonial e psicológica denunciados à polícia no estado do Rio de Janeiro em 2014, as mulheres só não são ampla maioria quando se trata de homicídios. Nesse caso, quem morre mais são os jovens negros. Em todas as demais formas de violência, mulheres são maior número absoluto e percentual. Segundo o dossiê, houve um aumento de 20,7% de homicídios dolosos de mulheres do ano de 2012 para 2013 no estado do Rio de Janeiro. De 2013 para 2014, ainda aumentou em 18% o assassinato de mulheres, sendo quase 70% negras. Só no ano de 2014, mais de 56 mil mulheres foram agredidas fisicamente no estado do Rio de Janeiro. São 4.669 agressões por mês. Ao menos 155 mulheres são agredidas por dia no estado. Além disso, 4.725 mulheres foram estupradas, correspondendo a 83,2% do total dos casos de estupros. Nada menos que 13 mulheres por dia sofrem violência sexual no estado do Rio de Janeiro. Esses dados, baseados apenas em denúncias em instituições policiais, são possivelmente mais brandos que a realidade. Na cidade de Niterói – que possui um IDH altíssimo - houve um aumento progressivo da violência de gênero. Os dados da Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres da Prefeitura de Niterói/RJ apontam um aumento de 191% das notificações de 2022 em relação ao ano de 2012.

A privatização do espaço urbano, que leva à precarização de serviços públicos essenciais, como os de saúde e educação, também é expressão da opressão da mulher na cidade, especialmente das mulheres pobres. Cisne afirma que "a classe irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Com certeza, de modo bastante diferenciado entre a classe trabalhadora e a dominante" (2012, p.124). A falta de creches públicas, por exemplo, numa realidade em que mulheres ainda são mais responsáveis pelo "cuidado", contribui para a maior informalização do trabalho feminino e também para o aumento do desemprego entre mulheres. Para Pereira (2004), a família ocupa um papel de destaque na política social contemporânea como um importante agente privado de proteção social. Contudo, não só a família, mas sobretudo as mulheres. Segundo a autora, essa tendência está ligada à retração do Estado e ao declínio do compromisso estatal, o que sobrecarrega ainda mais as mulheres e amplia suas tarefas no

espaço doméstico, designando-a à reprodução e à proteção social daqueles que estão sob sua tutela.

Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher lançado em 2014 pelo Governo Federal, entre as mulheres registra-se um índice muito maior de desemprego⁸. Em 2012, segundo o mesmo documento, a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bastante inferior à dos homens, que era de 86,2%. As desigualdades raciais apontadas são relevantes, as menores taxas de atividade foram verificadas entre mulheres negras (62,2%) e as maiores entre homens brancos (86,5%). O mesmo relatório aponta que 48,4% das mulheres negras estavam em trabalhos formais, frente a 64,6% de homens brancos. O relatório também apresenta dados que revelam a necessidade de melhorias nas ofertas de serviços públicos: a sobrecarga das mulheres com os afazeres domésticos e de cuidado dificulta ainda hoje o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

A precariedade na oferta de creches tem impacto profundamente negativo na vida das mulheres mães. Em 2012, somente 20,3% das mulheres com filhas/os de 0 a 3 anos tinham todas/os as/os filhas/os em creche. Em 2015, ano em que mais uma grave crise econômica se consolidou no país, esse cenário se confirmou. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as mulheres são as maiores vítimas da recessão. De janeiro a novembro do ano passado de 2015, a taxa de desocupação feminina chegou a 7,9% – enquanto a média geral foi de 6,8%. Se considerarmos apenas as mulheres negras, o desemprego acumulado amplia para 11%.

Se pensarmos a forma como as mulheres e mães foram, ao longo da história, inviabilizadas nas cidades, percebemos uma conjunção de direitos violados. Os trens e metrô cheios; os banheiros sem fraldários – e, mesmo quando possuem, são sempre localizados nos banheiros femininos, induzindo que essa atividade é exclusiva das mulheres; as pouquíssimas creches com berçários; a falta de espaços nos transportes públicos para os carrinhos de bebê; e os elevadores e escadas rolantes quebrados são exemplos importantes que evidenciam como o espaço urbano não se adequa à realidade das mães e seus filhos, ou seja, da mulher mãe. Quando se trata das mães no espaço público, ainda se conta com todas as sequelas dos elementos ideológicos de uma sociedade patriarcal que designa lugares de homens e de mulheres. A mãe refuta, por exemplo, a amamentação em público, atitude que reitera o corpo da mulher exclusivamente como objeto sexual dos desejos masculinos.

⁸ Segundo o relatório a “taxa de desocupação feminina, em 2014, foi de 8,7%, enquanto que a masculina foi de 5,1%. Assim, temos que a taxa de desocupação feminina foi 70,5% superior à masculina. As desigualdades de gênero e raça confirmam-se também nos rendimentos-hora percebidos. Enquanto as mulheres negras recebem, em média, R\$ 9,00 por hora trabalhada, os homens brancos recebem R\$ 18,4” (Reasem, 2018, p. 17).

Para além desses elementos que circunscrevem o campo dos direitos, este texto ecoa as reflexões de Kern (2021), quando a autora afirma:

Todas as formas de planejamento urbano se baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano “típico” seus planos de viagens diários, necessidades, desejos e valores. Chocantemente esse cidadão é um homem. Um marido, e pai provedor fisicamente apto, heterossexual, branco, do gênero cis. Isso significa que, embora as cidades tenham muitas vantagens em relação aos subúrbios, elas certamente não foram construídas com o objetivo de tornar mais fácil administrar “a dupla jornada” de trabalho remunerado e não remunerado das mulheres (2021, p. 55).

Portanto, as cidades retratam uma história. Sua estruturação está permeada pelas identidades de quem as pensa, as formula e as gesta. Suas estruturas são mantidas por uma concepção que não é feita pela e para as mulheres. As cidades, que sempre foram construídas pelas classes dominantes e pelos homens, que por muito tempo ocuparam o espaço público, mudou: a esfera pública também pertence à mulher. Assim, as cidades precisam ser reorganizadas sobre outras bases, já que a mulher também ocupa esse espaço de diferentes formas, exigindo uma cidade mais inclusiva não só para elas, mas para idosos e crianças.

Questionamentos e reflexões sobre *flanerie* e pertencimento à cidade - novas possibilidades

Em *O Espaço urbano*, Roberto Lobato Corrêa, ao relacionar essa categoria teórica ao capitalismo, nos fala que “o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo” (Corrêa, 1995, p. 11). Se, como pontuou o geógrafo, o tempo se apresenta como fator significativo, nosso objetivo, neste momento, é verificar, em diferentes marcos temporais, o (não) lugar da mulher no espaço urbano na cidade das letras, para usar o título e o conceito do pensador uruguaio Angel Rama (1985).

Na obra citada, Rama apresenta a rede física e a rede simbólica como constituintes do espaço urbano. Fragmentada e múltipla, é a física que pode ser percorrida. A simbólica submete-se à ordenação e interpretação. Assim, podemos relacionar a rede física à cidade real e a rede simbólica à cidade letrada. Esta, é importante pontuar, merece também atenção. É na cidade letrada que vivem os registros dessa urbe. Para Rama, “só ela é capaz de conceber como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência,

conservá-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver inclusive em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum” (Rama, 1985, p. 53). Nesse sentido, esta reflexão entende a produção literária como significativa.

Em “Janelas indiscretas e ruas devassadas: duas matrizes para a representação da cidade” (2011), Renato Cordeiro Gomes se dedica às possibilidades de experiência urbana inspirado pelos textos “A janela de esquina do meu primo” (1822), de E. T. A. Hoffmann, e “O homem da multidão” (1840), de Edgar Allan Poe. A imagem da rua em Poe e a cidade mediada pela janela em Hoffmann serão a base para a formulação de uma teoria sobre experiência urbana.

No conto de 1822, é da janela de esquina que se vê a praça do mercado – ou seria a cidade? É desse ponto que o primo – um escritor que “perdeu completamente a força dos pés devido a uma obstinada doença” (p. 9) – ensina ao narrador a “arte de enxergar” (p. 17). A janela reaparece em “O homem da multidão”, ponto de onde o narrador vê a cidade. No caso, Londres. Sentado num café, é pela janela que pratica a “arte de enxergar”, até se deparar com “a estranha personagem” (p. 6) que motivará o narrador a “aventura-se a abrir caminho da multidão”. É no caminhar pela cidade que ele busca desvendar esse enigma, mas sem êxito. O homem “es lässt sich nicht lesen”, assim como a cidade, que não se deixa ler.

A partir desse conto, cabe trazer para o debate a figura do *flâneur*. Benjamin (1994) aponta que o surgimento do *flâneur* está associado à mudança da própria estrutura da urbe. O alargamento de calçadas e construção de galerias, por exemplo, possibilitou o caminhar pela cidade moderna e o flunar, que “não é simplesmente um modo de experimentar a cidade. É um modo de experimentá-la, olhando e contando o que se viu. Ao flunar, o sujeito urbano [...] se aproxima da cidade como quem vê um objeto em exibição”, afirma Julio Ramos, em *Desencontros da Modernidade na América Latina* (2008). É nessa obra, ao realizar um estudo sobre literatura e política no século XIX, que Ramos apresenta o conceito “retórica do passeio”, definida como “a narrativização dos segmentos isolados do jornal e da cidade representada, frequentemente, em função de um sujeito que, ao caminhar pela cidade, traça o itinerário – um discurso – no discorrer do passeio” (RAMOS, 2008, p. 146). Tal conceito se aproxima do que o historiador francês, Michel de Certeau, entende como jogo dos passos ou enunciação pedestre, em *A invenção do cotidiano*: “Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade” (Certeau, [1980] 2014, p. 176).

A partir do que Ramos define como “jogo dos passos” e Certeau como “enunciação pedestre”, ou ainda pela própria *flânerie*, algumas questões se formulam: quem narra a cidade? Quem produz os discursos? Quem escreve essa cidade letrada? Quem pode captar o que o mapa da cidade deseja transmitir? Quem tem a possibilidade de experienciar o espaço urbano numa sociedade capitalista e patriarcal?

Se não houve e ainda não há lugar para a mulher no espaço urbano, a verdade é que, historicamente, a mulher foi, também, excluída da cidade letrada. Nessa linha, nos interessa, portanto, observar a emergência de vozes femininas que rompem com os marcos da tradição colonial presentes no espaço urbano, seja com sua escrita política, seja com seus corpos. O fervilhar de vozes aponta para o questionamento da delimitação dos espaços. A “guerra de relatos” (Certeau, 2003) é também uma guerra de poderes e de territórios. Nesse corpo que habita a cidade e produz discursos a partir de uma perspectiva diferente da história oficial, encontramos a escrita política. Sobre essa questão, em *Políticas da Escrita* (1995), o filósofo Jacques Rancière explica:

O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma (Rancière, 1995, p. 7).

O filósofo ressalta ainda que a política presente na escrita não está relacionada ao poder ou saber, mas à constituição estética de uma comunidade. Essa potência política, materializada na escrita, questiona as matrizes coloniais a partir da questão de raça, classe e gênero, que torna visíveis opressões vividas por mulheres. É o caso de Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira, que nasceu em Minas Gerais, em 1914. Quando se mudou para São Paulo, trabalhou como empregada doméstica e catadora de papel. Criou e sustentou seus filhos sozinha. Em seu primeiro livro, *Quarto de despejo*, publicado em 1960, faz um relato de sua vida na favela. Em uma de suas declarações mais impactantes, Carolina explica:

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. [...] Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade (Jesus, 2014, p. 195-197).

A figura feminina como resistência na literatura também encontra lugar em Conceição Evaristo. Atuante na valorização da cultura negra, a escritora, que nasceu em Minas Gerais no ano de 1946, teve uma infância difícil, como a maioria das mulheres negras:

Mãe lavadeira, tia lavadeira e ainda eficientes em todos os ramos dos serviços domésticos. Cozinhar, arrumar, passar, cuidar de crianças. Também eu, desde menina, aprendi a arte de cuidar do corpo do outro. Aos oito anos surgiu meu primeiro emprego doméstico e ao longo do tempo, outros foram acontecendo. Minha passagem pelas casas das patroas foi alternada por outras atividades, como levar crianças vizinhas para escola, já que eu levava os meus irmãos. O mesmo acontecia com os deveres de casa. Ao assistir os meninos de minha casa, eu estendia essa assistência às crianças da favela, o que me rendia também uns trocadinhos. Além disso, participava com minha mãe e tia, da lavagem, do apanhar e do entregar trouxas de roupas nas casas das patroas. Troquei também horas de tarefas domésticas nas casas de professores, por aulas particulares, por maior atenção na escola e principalmente pela possibilidade de ganhar livros, sempre didáticos, para mim, para minhas irmãs e irmãos.⁹

Como meio de sobrevivência, a menina Conceição Evaristo teve seus primeiros anos de vida já roubados pelo trabalho. Filha de mãe solo, que pouco sabia sobre o pai, buscava sobreviver com “restos dos ricos, lixos depositados nos latões sobre os muros ou nas calçadas”. Foi na escola que Conceição Evaristo compreendeu o que era ser pobre e negra, já que esse espaço, como o das cidades física e letrada, também não poderia ser ocupado por seu grupo social. Em 1973, a autora chegou ao Rio de Janeiro, após concluir o Curso Normal no Instituto de Educação de Minas Gerais, e se tornou professora primária. Foi em solo carioca que se graduou em Letras e recebeu os títulos de mestre em Literatura Brasileira e doutora em Literatura Comparada. Em suas pesquisas, um olhar preciso e atento para a cultura negra, que, obviamente, também marca sua produção literária, cuja estreia foi em 1990, com a publicação de contos e poemas na série *Cadernos Negros*. Nesse caminho, este trabalho destaca também a atuação dos coletivos artísticos Slam das Minas e Sarau das Pretas, protagonizados por mulheres, que, com a arte das palavras, fazem ecoar as opressões vividas pela figura feminina no cotidiano do espaço urbano.

É necessário reconhecer e salientar os movimentos de mulheres que denunciam a crueldade do Estado, cujos filhos foram vítimas de diferentes formas de violência. Com seus corpos, reivindicam seu lugar de fala, ressignificam e demarcam territórios, até então preenchidos por discursos hegemônicos. Impunidade, indignação e revolta fazem com que

⁹ Disponível em www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-Evaristo Acesso em 2 out. 2022.

essas mulheres mães precisem transformar o luto em luta. Foi o que aconteceu com o grupo Mães de Acari que, há 32 anos, busca por justiça. Desde a chacina de Acari, em 1990, surgem coletivos e movimentos sociais de mães cujos filhos foram vítimas da violência do Estado. Aqui, mencionamos o Movimento Posso Me Identificar? (2003); Movimento Moleque (2003); Coletivo Mães de Manguinhos (2013); Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado (2016); Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense (2017), Mulheres em Movimentos da Maré (2018), fundamentais na luta por justiça e reparação. Em suma, são mulheres que se organizam coletivamente para reivindicar o fim da atuação violenta em espaços periféricos, pautando a necessidade de garantia da memória, justiça e de reparação. Se as vidas de seus filhos foram tiradas pela política de violência do Estado, ao se organizarem na luta coletiva, com suas vozes e corpos, elas não deixam morrer o legado. Constroem memória, resistência, reivindicam territórios e elaboram novas cartografias no espaço urbano.

As sementes de Marielle Franco

A atual configuração do espaço urbano brasileiro mostra que as cidades não são pensadas para as mulheres: desde o modelo de segurança pública ao acesso aos serviços, como transportes, creches públicas, ruas iluminadas etc. Ao contrário, as cidades se consolidam como cidades-mercadorias em detrimento de um modelo que garanta os direitos da maioria da população que nelas moram.

Há todo um processo de exacerbação do conservadorismo que reitera a antiga e atual lógica de naturalização da subalternidade da mulher, colocando-a como dócil, frágil e simultaneamente como sedutora responsável pelos “desvios” dos homens e que, portanto, precisa ser vigiada a todo tempo. É o lar, a casa, a maternidade, os locais mais próprios para coibir tais comportamentos e exercer o trabalho não pago.

Para tanto, das experiências que se contrapõem às cidades que não são feitas para as mulheres e mães, Kern (2021) diz que:

Visões da cidade “não sexista” em geral centralizam questões de habitação, observando que a casa da família nuclear é uma forma realmente ineficiente de utilizar a mão de obra, que mantém as mulheres presas ao lar com pouco tempo ou energia para outras atividades. Conjuntos habitacionais que permitem que as famílias compartilhem o trabalho de cozinhar, limpar e cuidar dos filhos são características com muitos dos designers feministas (Kern, 2021, p. 69).

Contudo, o neoliberalismo e a restauração do capital, nos últimos tempos, não triunfaram sem confrontos e sem enfrentar resistências. Como diz Netto (2007, p. 164), “nada indica que, pouco perceptíveis por agora, as forças a eles contrárias tenham sido definitivamente vencidas ou estejam desaparecidas”.

Nesse sentido, é importante salientar que as mulheres têm se apresentado como protagonistas em muitos processos de lutas nas cidades, mesmo que ainda se ouça que a rua não é lugar para as mulheres. São as mães moradoras de favela que enfrentam o modelo de polícia militarizada que assassina seus filhos; são elas as expoentes dos movimentos de lutas por moradia¹⁰, as educadoras que ocupam as ruas por uma educação pública e de qualidade; as feministas que lutam contra a violência de gênero; as mulheres sem teto que exigem moradias dignas e lideram ocupações urbanas Brasil afora. Portanto, são mulheres que expressam uma profunda insatisfação com o modelo de cidade que se consolida e aprofunda nas urbes brasileiras, como o Rio de Janeiro. Assim, como disse Talíria Petrone (2021), uma das autoras deste trabalho, em entrevista, é urgente e necessária a presença de mulheres mães na política institucional: “o papel das mães na política é essencial para a promoção de pautas relacionadas à maternidade [...] nada melhor do que a gente ser representada nesses espaços por mulheres mães, porque essas mulheres vivenciam na pele o que são essas questões todas e, por isso, tendem a priorizar esses desafios”. O Brasil é um dos principais exemplos da sub-representação feminina no parlamento.

Em julho de 2021, o Brasil ocupava a posição de número 140 no que se refere à participação política feminina, em ranking que considera 192 países pesquisados pela União Interparlamentar. Os dados revelam que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo no que se refere à participação parlamentar de mulheres. Segundo a mesma pesquisa, no Brasil, a Câmara dos Deputados possui apenas 15% de mulheres e o Senado Federal, 12%. Em âmbito municipal, 900 municípios não tiveram sequer uma vereadora eleita nas eleições de 2020.

A superação da condição de subalternidade requer, como nos aponta Gramsci (1999), a construção de novas formas de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suprimir o *sensu comum* e tornar as classes subalternas capazes de produzir outra hegemonia.

No país, a produção das desigualdades sociais para além das de gênero e das dificuldades associadas a forma como as mulheres ocupam o espaço público vem produzindo profundas resistências que se expressam nas cidades das letras (Rama, 1985) e

¹⁰ Na ocupação realizada no município de São Gonçalo/ Rio de Janeiro, as mulheres foram as que mais se destacaram no processo de luta. Para mais informações, ver Barros (2016).

no espaço urbano. No cenário que se constrói a partir de 2023, acende no país uma centelha de esperança. Mas é preciso muito mais: se a mulher mãe ainda não ocupa o devido lugar, como aponta este artigo, a escrita política de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo; os corpos e as vozes do *Slam da Minas*, a presença de parlamentares mulheres e mães, e luta por justiça dos movimentos Mães de Acari; Mães de Manguinhos; Movimento Moleque entre outros, revelam a necessidade de elaborar outras cartografias a partir da voz e do corpo feminino, que sempre foram vagalumes, para usar a metáfora de Didi-Huberman,¹¹ e que serão, sempre, as sementes de Marielle Franco.

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a formação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BARATTA, G. **Antonio Gramsci em contraponto**: diálogos com o presente. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BARROS, C. **Ressuscita São Gonçalo**: a luta por moradia na ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. 2016. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, UFF, RJ, 2016.
- BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (org.). **Leir Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CODIM - Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres de Niterói. Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2023/03/06/prefeitura-de-niteroi-faz-balanco-das-acoes-protetivas-a-mulher-em-situacao-de-violencia-domestica/> Acesso em: 18 out. 2023.
- COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (org). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.
- FAULHABER, L. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Morula editorial: Rio de Janeiro, 2015.

¹¹ Em *Sobrevivência dos vaga-lumes*, o filósofo e historiador da arte, Georges Didi-Huberman, apresenta essa metáfora para abordar as diferentes formas de resistência, inspirado no artigo escrito por Pier Paolo Pasolini em 1975.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1975.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GOMES, R. C. **Janelas indiscretas e ruas devassadas**: duas matrizes para a representação da cidade. 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/2500> Acesso em: 10 set. 2022.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Loyola. São Paulo. 2004.

HOFFMANN, E.T.A. **A janela de esquina do meu primo**. (Trad.) Maria Aparecida Barbosa. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, O. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992..

IANNI, O. **Raça e Classes Sociais no Brasil**. 2. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

KERN, L. **Cidade Feminista** - a luta pelo espaço em um mundo desenhado pelos homens. Rio de Janeiro. Oficina Raquel. 2021

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MODONESI, M. Da subalternidade ao subalternismo: uma crítica gramsciana aos Subaltern Studies. In: DEL ROIO, M. (org.). **Gramsci**: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 89-106.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Apresentação Daniel Bensaid. Tradução Nelio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital** - crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo, Ed. Rabisco, 1988.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e o papel da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

- POE, E. A. O homem da multidão. In: **Contos de Edgar Allan Poe**. (Trad.) José Paulo Paes, São Paulo: Cultrix, 1986.
- RAMA, A. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMOS, J. **Desencontros da modernidade na América Latina**: literatura e política no século 19. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Tradução Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- SAFFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e Realidade. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- SEMERARO, G. O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci. In: DEL ROIO, M. (org.). **Gramsci**: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 107-126
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.